

Sinpro leva o GDF à Justiça para garantir salário e abono

FABIANA SANTOS

Para conseguir o pagamento da antecipação das férias de janeiro, que deveria ter ocorrido na quarta-feira, o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) encaminha hoje ao Tribunal de Justiça do DF um mandado de segurança representando um total de 16.520 professores. O documento entra na justiça juntamente com o mandado requerendo o abono pecuniário, ou seja, o direito de comprar dez dias de férias.

"A antecipação das férias, de acordo com a lei, deve ser paga 48 horas antes de o professor deixar o trabalho. Ou seja, como a saída é hoje, o prazo do governo expirou no dia 3", alegou a diretora de assuntos jurídicos do Sinpro-DF, Francis Franqueira Fernandes.

Os 23 mil professores da Fundação Educacional também estão sem receber o tíquete-alimentação referente ao mês de dezembro e janeiro. "Estamos muito preocupados. É evidente que há um cerco para inviabilizar a administração do GDF. Existe um jogo de forças entre situação, oposição e Governo Federal, mas nós não podemos ser reféns dessa disputa", alegou a presidente do Sinpro-DF, Lúcia Ivanov.

O pagamento dos dez dias de férias, que foi vetado pelo GDF, está sendo reivindicado por 1300 professores. Eles não aceitam que o dinheiro das férias de janeiro seja cancelado, já que o pedido foi feito em outubro. "A requisição feita no ano passado incluía uma lista de quase 7 mil professores querendo comprar as férias", informou Francis Fernandes.

Para um professor nível 1, que recebe o piso salarial de R\$ 381,38 por 20 horas de trabalho, o abono pecuniário equivale a R\$ 127,12. Já um professor nível três, com 40 horas de trabalho e que tem um salário de R\$ 2.393, o abono é de R\$ 797,66.

Maria Josirene Vieira, 23 anos, é professora nível 1 da Fundação Educacional há quatro anos e está entre os que entraram com a procuração para receber o abono. "Desde que comecei a trabalhar sempre comprei 10 dias de férias. Fiz o pedido no dia 3 de outubro do ano passado e estava confiante em receber o dinheiro para pagar minhas dívidas", disse Maria Josirene, que leciona na Escola Classe 512 de Samambaia. Para trabalhar 40 horas semanais, Maria Josirene recebe R\$ 900 por mês, sendo o abono pecuniário reivindicado de R\$ 300.

Mary Leal



Para Ivanov, há um jogo de forças visando a prejudicar o GDF

Mandado é recurso de servidor

O Sindicato dos Servidores Públicos (Sindiser-DF) deve entrar hoje com um mandado de segurança coletivo no Tribunal de Justiça do DF para reivindicar o salário referente a dez dias de férias de janeiro. O pedido inclui todas as categorias, o que representa aproximadamente 15% do total de 115 mil servidores do GDF, ou seja, mais de 17 mil funcionários públicos, segundo informou o presidente do sindicato, Cícero Rola.

O benefício de compra das férias foi vetado pelo GDF por meio de uma lei aprovada na Câmara Legislativa, no dia 14 de dezembro do ano passado. "É péssimo para os trabalhadores terem que correr atrás dos seus direitos na justiça. Isto já devia estar assegurado pelo governo", disse Cícero.

O presidente do Sindiser-DF

garantiu que a manutenção do abono pecuniário, ou seja, dinheiro no lugar das férias, estará na pauta de reivindicações das categorias em data-base este mês. "Nas nossas negociações vamos exigir que a lei votada na Câmara Legislativa suspendendo o abono seja anulada", disse o presidente do Sindiser-DF.

O Sindicato dos Servidores do Serviço Social e da Fundação Cultural já encaminhou o mandado à justiça requerendo o dinheiro dos 10 dias para os servidores que tiraram férias este mês. "Entramos com o documento no dia 20 de dezembro, na 4ª Vara de Conciliação e Julgamento do TJDF. A liminar do juiz foi em nosso favor. Vamos pegar o despacho na segunda-feira e o governo vai ter que pagar", afirmou o diretor administrativo do sindicato, Valdeci Pereira.

'Não é fácil fechar a folha'

O GDF só vai pagar o salário de dezembro dos servidores públicos na segunda-feira, último dia de prazo legal. O governador Cristovam Buarque justificou, ontem, que o atraso se deve a questões burocráticas. "Não é fácil fechar a folha nos primeiros dias do ano", revelou. Lideranças do movimento sindical reiteraram ontem a disposição do Sindicato dos Servidores Públicos do DF de acionar a Delegacia Regional do Trabalho (DTR) caso o Governo não cumpra o prazo do pagamento.

"Isto não será necessário. O Governo não tem menor interesse em atrasar o salário ainda mais", garantiu ontem o deputado Antônio Cafu, que passa férias do recesso em Anápolis. O GDF, segundo um auxiliar do governador, está preocupado em resolver o impasse criado em torno do pagamento do reajuste de janeiro, que está comprometido em razão da suspensão do pagamento do IPTU. "A barganha política da oposição pode tirar o reajuste dos servidores", criticou um assessor do Palácio do Buriti.

Um outro auxiliar do governador assegurou, entretanto, que a concessão do reajuste está condicionada à

decisão da área federal. "Se eles paga rem lá, temos que pagar aqui", arrematou. Cristovam esperava ter uma posição sobre o assunto antes de sua viagem a Cuba, para onde embarcar na quarta-feira, dois dias depois de chegar de Caracas.

Cortes - O governador Cristovam Buarque adiou para a próxima semana o anúncio dos cortes de gastos da máquina administrativa. Só quando retornar de Caracas, na segunda-feira, ele pretende divulgar as áreas que serão atingidas pelas medidas de contenção. Cristovam reiterou sua disposição de diminuir o ritmo de algumas obras, como alternativa para reduzir os gastos.

O GDF precisa compensar a perda de R\$60 milhões, valor previsto para o aumento da arrecadação, caso as novas alíquotas do IPTU entrassem em vigor em fevereiro. As medidas, segundo auxiliares do governador, visam a diminuir o déficit dos três primeiros meses do ano, estimado em R\$ 90 milhões. Apesar de toda pompa na divulgação dos cortes de gastos e paralisação das obras, o Governo recuou depois de avaliar melhor o impacto de medidas impopulares.